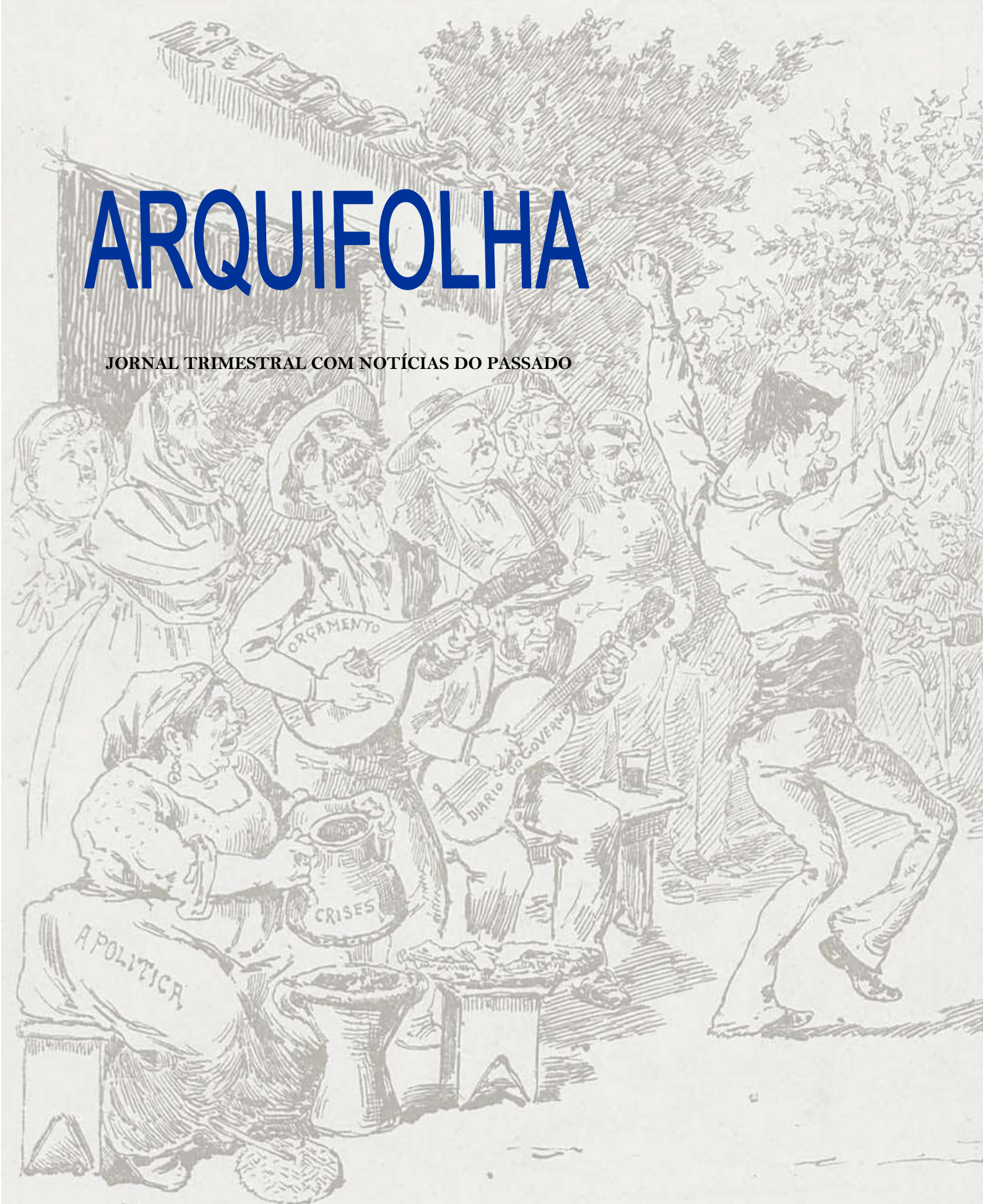


ARQUIFOLHA

JORNAL TRIMESTRAL COM NOTÍCIAS DO PASSADO



HA SEMPRE CASTANHAS A ESTALAR.....

EDITORIAL



O período que se seguiu à morte de Sidónio Pais, em 1918, caracterizou-se por uma grave crise política, que opôs republicanos a monárquicos. Os primeiros assumiram o controlo da situação em março de 1919, no entanto a instabilidade política manteve-se devido à crise económica e financeira, e à tensão social provocada pelo agravamento da inflação, pela falta de géneros, e pelo aumento da criminalidade violenta. A década de 20 ficou marcada por sucessivos governos (durante os quase sete anos e meio que durou a “Nova República Velha”, sucederam-se 26 governos, metade deles não esteve em funções mais de dois meses, um quarto governou menos de um mês), pela fragmentação da elite republicana, e pela tendencial simpatia do exército por soluções autoritárias.

Após vários conluios e golpes gorados, o levantamento de 28 de maio de 1926 triunfou sem oposição, iniciando um novo ciclo da nossa história, que se perpetuou até abril de 1974, e que, a partir de 1933, se convertia em Estado Novo.

Neste ARQUIFOLHA, observámos os reflexos da instabilidade social na vida dos trabalhadores da indústria e do comércio concelhios, e tentámos perceber como entrou Santiago do Cacém no novo regime.

Terminamos, deste modo, o ciclo que dedicámos às crises económicas, sociais e políticas que agitaram o país entre finais do século XIX e a primeira metade do século XX.

GREVE DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

No dia 27 de maio de 1924, o jornal *A Capital* apresentava uma lista de estações telegráficas encerradas por todo o país devido à greve, entre as quais se encontrava a estação de Santiago do Cacém, prontamente ocupada por militares. As restantes estações do concelho não tardaram a seguir-lhe o exemplo e, dois dias depois, o Administrador do Concelho ordenava a ocupação da estação de Alvalade, intimando o Regedor dessa freguesia a mandar o seu filho apresentar-se ao serviço nessa estação, pois constava-lhe que o *rapaz* sabia trabalhar com o aparelho telegráfico.

No dia 2 de junho, através de edital distribuído por todas as freguesias, eram convocados todos os oficiais militares residentes no concelho a tomarem conta das

estações telégrafos-postais. Dia 30 de junho, acabaram por ocorrer confrontos na estação de Santiago do Cacém, entre os funcionários em greve e os militares que os substituíram. A situação só seria normalizada em meados de julho, depois da queda do Governo de Álvaro de Castro, e da promessa dos novos governantes de readmitirem os funcionários grevistas demitidos pelo anterior executivo.

CAMARA DOS DEPUTADOS

A greve telegrafo-postal
origina uma sessão tumultuosa

O criterio do sr. João Caimoezas e a resposta do sr. Presidente do ministerio

A greve telégrafo-postal, in jornal *A Capital*, 12-05-1924.

COMPROMISSO SOBRE OS DIAS DE DESCANSO SEMANAL

No dia 6 de julho de 1925, foram presentes à sessão do senado municipal, dois requerimentos, um da *classe patronal* e outro da *classe caixeiral*, a solicitar a homologação do compromisso relativo ao cumprimento do encerramento semanal do comércio e da indústria locais para descanso do pessoal, conforme deliberação camarária de 4 de abril de 1911. A 25 de agosto de 1925, depois de ouvidas as juntas de freguesia e a associação comercial, a comissão executiva da Câmara Municipal homologou o referido

compromisso. No entanto, cerca de dois meses mais tarde, o patronato retrocedeu e requereu a anulação do compromisso no que respeitava ao encerramento dos estabelecimentos. A *classe caixeiral* reclamou, e o assunto foi remetido ao senado municipal pela comissão executiva da Câmara Municipal.

A questão era demasiado complexa e melindrosa, e, levada a discussão em sessão de 22 de dezembro, acabaria por sair vencedora a proposta de alteração do compromisso, ainda que por apenas um voto.



MANIFESTAÇÃO CONSERVADORA NO CERCAL



No dia 25 de outubro de 1925, o Administrador do Concelho de Santiago do Cacém respondeu a um ofício do Governo Civil, a esclarecer que a reclamação apresentada pelo Comité do Cercal da Federação Anarquista do Sul, acerca da realização de uma procissão no dia de Todos os Santos, acontecimento considerado ilegal à luz da Lei da Separação, era infundada.



Afirmava o administrador que possuía informações precisas sobre as festividades religiosas desse dia, e que as mesmas se restringiriam ao interior da igreja. Afirmava também não estar na posse de qualquer pedido de autorização de realização de festas, embora considerasse que estas não careciam de licença uma vez que não incluíam a exibição de culto externo. Porém, acautelava que, se lhe chegasse o pedido para realização da mencionada procissão, o indeferiria, pois *“procissões e outras manifestações de culto externo não constituem costumes inveterados naquela freguesia.”*



No dia 31 de outubro daquele ano, foi concedida licença

à comissão de festas do Cercal para a realização de uma tourada e de fogo de artifício, ressalvando o administrador do concelho que as cerimónias religiosas circunscreviam-se ao interior da igreja. Porém, no dia 1 de novembro, após a missa, mulheres pegaram nos andores e saíram em procissão acompanhadas pelos homens que, certamente para salvar a face, gritavam *vivas à república*.

Assustado com o rumo dos acontecimentos, o administrador apressou-se a ordenar ao regedor da freguesia que declarasse não ter sido passada licença para a realização da polémica procissão transformada numa espécie de manifestação das forças conservadoras.

Em março do ano seguinte, a escassos dois meses do Golpe de Estado que instaurou a Ditadura Militar, ainda o administrador do concelho teve de explicar detalhadamente ao Secretário-Geral da Justiça e dos Cultos os acontecimentos do dia de Todos os Santos no Cercal e a sua atuação no caso.



NOTAS DE 500\$00 DE ALVES DOS REIS

No dia 9 de dezembro de 1925, o encarregado da cobrança do imposto *ad-valorem*¹ em Alvalade oficiava a Câmara Municipal, alarmado com o facto de ter em seu poder quatro notas de 500\$00 com a efigie de Vasco da Gama, que podiam ser do lote falsificado por Alves dos Reis. Foi-lhe então respondido que remetesse todos os talões e contas da cobrança, assim como todo o dinheiro referente a elas, com a maior urgência. Porém, em

¹ Imposto municipal que incidia sobre os produtos que saiam para fora do concelho, de acordo com uma percentagem definida pela Câmara Municipal sobre os preços tabelados pela mesma cada trimestre.

vésperas de Natal, o dinheiro ainda não tinha chegado à Câmara Municipal, o que levou a edilidade a officiar novamente ao cobrador, responsabilizando-o pelo prejuízo da autarquia, pois o prazo para troca das notas de 500\$00, dado pelo Banco de Portugal, terminava no dia 26 de dezembro.



Nota de 500 escudos com a efigie de Vasco da Gama, 17 de novembro de 1922.

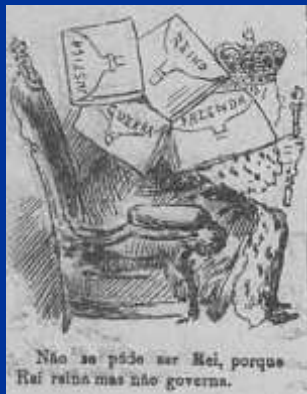
DITADURA MILITAR

No início de junho de 1926, já com a Ditadura Militar implantada, o último Administrador do Concelho nomeado em democracia gastava os seus derradeiros dias nesse cargo a conseguir um autógrafa do ditador italiano, Benito Mussolini, junto da embaixada daquele país, para corresponder a um pedido de uma das senhoras da alta sociedade santiaguense.

Este ato individual e cortês não pode dissociar-se da mudança de regime político, que a Câmara Municipal se apressou a saudar nos primeiros dias de junho, logo depois da entrada de Gomes da Costa no governo ditatorial.

A 14 de junho, tomou posse o administrador do concelho Carlos Augusto da Cruz e Silva, na presença de dois militares, e, por força do decreto n.º 11:875/1926 de 13 de julho, demitiu o executivo municipal eleito, presidido por seu irmão João Gualberto da Cruz e Silva (fundador do Museu Municipal), tomando posse da gestão do município.

Em 24 de julho de 1926, foi empossada a nova comissão administrativa municipal, nomeada por despacho do governador civil e presidida por Francisco Arraes Falcão Beja da Costa.



FUTEBOLISMO

O futebol, antigo desporto de elites trazido para Portugal nos finais do século XIX, inícios do século XX, pelos filhos-família que estudaram em colégios britânicos, tornou-se em poucas décadas num desporto popular em franca expansão, crescendo o número de admiradores e adeptos, principalmente entre os mais jovens.

Em meados de setembro de 1924, entraram na Administração do Concelho várias queixas contra os rapazes do Cercal e de Alvalade, cujos jogos de futebol resultavam em telhas partidas e edifícios públicos e privados danificados.

Com o intuito de resolver a situação, o Administrador ordenou aos pais dos garotos que pagassem os prejuízos e aos regedores que proibissem a prática de tal desporto no interior das povoações. No entanto, em outubro de 1925 e março de 1926, registaram-se novas queixas e ordens no mesmo sentido, em Alvalade e no Cercal respetivamente.

Já na sede do concelho as brincadeiras dos miúdos tinham dado lugar a um clube de futebol que, em abril de 1926, recebeu um terreno para campo de futebol na futura Av. D. Nuno Álvares Pereira, cedido precariamente pela Câmara Municipal.

NÚMERO DE AUTOMÓVEIS NO CONCELHO

Em agosto de 1926, a Câmara Municipal, respondendo a uma solicitação do Secretário da Câmara de Comércio Belga em Portugal, informou que em Santiago do Cacém existiam 13 automóveis, pertencentes a outros tantos indivíduos que eram os mais ricos e importantes do concelho. Destes, só dois não tinham residência na sede do concelho – um residia em São Domingos, no Monte Ruivo, e o outro na vila de Alvalade.

Entre os automóveis listados encontrava-se o magnífico *Hispano Suíza* pertencente a Jorge Ribeiro de Sousa, “O Condinho”, e

o *Silver Ghost* da *Rolls-Royce* (o primeiro automóvel desta marca entrado em Portugal), adquirido na década anterior pelo fidalgo santiaguense José de Sande Champalimaud e herdado em 1921 por Carlos Parreira Infante de Lacerda.



Rolls-Royce Silver Ghost (1911), Coleção do Museu do Caramulo (fotografia: Alf van Beem, 2011).



BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

A Capital. Diário Republicano da Noite. Dir. Manuel Guimarães. Lisboa: N.ºs 4620-4680 (maio-julho 1924), N.ºs 5100-5124 (dezembro 1925) e N.º 5320 (agosto 1926). Hemeroteca Digital [Em linha]. [Consult. dez. 2013]. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/ACapital.HTM>

Diário de Lisboa. Dir. Joaquim Manso. Lisboa: Renascença Gráfica. N.ºs 946-950 (maio 1924). Fundação Mário Soares [Em linha]. [Consult. dez. 2013]. Disponível em http://www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/ano

Domingo Ilustrado. Dir. Leitão de Barros e Martins Barata. Lisboa: Empresa O Domingo Ilustrado. N.ºs 48-63 (dezembro 1925-março 1926). Hemeroteca Digital [Em linha]. [Consult. dez. 2013]. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/domingoilustrado/DomingoIlustrado.htm>

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:1911_Rolls-Royce_Silver_Ghost_40slash50hp,_7434cc,_100kmh_photo1.JPG

FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS

Atas das reuniões de Câmara [Manuscrito]. 1921-1927. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/AL/CMSC/B-C/002.

Copiador geral de correspondência expedida [Manuscrito]. 1923-1927. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/AL/CMSC/G-A/001.

Copiador de ofícios expedidos para diferentes autoridades [Manuscrito]. 1923-1927. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/ACD/ACSC/B-A/002.

Copiador de ofícios expedidos para as diferentes repartições do Governo Civil [Manuscrito]. 1918-1928. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/ACD/ACSC/B-A/003.





MONOGRAFIAS

AUTORES VÁRIOS – **História de Portugal: 6.º volume – A Segunda Fundação (1890-1926)**. Dir. José Mattoso. [S. l.]: Editorial Estampa, 1994.

AUTORES VÁRIOS – **História de Portugal: 11.º volume – A República II, O nó górdio e as espadas**. Dir. João Medina. Amadora: Clube Internacional do Livro, 1996.



LEGISLAÇÃO

Lei n.º 88, de 07/08/1913.

Decreto n.º 11:875, de 13/07/1926.



FICHA TÉCNICA

Coordenação, textos, pesquisa histórica, grafismo, digitalização e tratamento de imagem – Luísa Gomes, Gentil Cesário, Vânia Nobre e Maria Chainho. Revisão - Anouschka Caels.

